

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

INFORME SETORIAL

Quem são os economistas que fazem a cabeça dos presidenciais

O Estado de S. Paulo

Se o combate à corrupção dominou a eleição em 2018, as propostas econômicas para melhorar a renda da população, aumentar o emprego e reduzir a pobreza deverão ser a tônica de 2022. Especialistas apontam o trinômio “desemprego, pandemia e inflação” como determinantes para a corrosão da renda dos brasileiros e do crescimento. O debate se acelerou após o presidente Bolsonaro bancar um benefício de R\$ 400 para o novo programa social e acenar com outras benesses. Bolsonaro aprovou o plano de imunizar toda a população adulta com uma dose de reforço em 2022. A estratégia seria apagar o “carimbo” de que o governo foi responsável pelo atraso na vacinação em 2021. Enquanto Bolsonaro aposta no sucesso da distribuição de renda e projeta uma aceleração da geração de empregos, estrategistas econômicos ligados a presidenciais – Ciro Gomes, Eduardo Leite, João Doria e Lula – traçam estratégias.

“Não tenho dúvida que a questão econômica vai ser central nas eleições: é o que está afetando a vida das pessoas. O poder de compra do brasileiro diminuiu a satisfação”, diz Bruno Soller, do Instituto Travessia, que ajuda a traçar estratégias de campanha. Segundo ele, o ponto chave será ver como as candidaturas conseguirão

criar um projeto de regaste econômico do País que atinja a vida das pessoas.

Hoje líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula está focando na desigualdade social, mas, segundo Soller, ele está “jogando parado”, pois não enfrenta os problemas econômicos criados durante o governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016.

Fazer o Brasil crescer mais e combater a pobreza são dois temas no topo das preocupações dos conselheiros econômicos dos presidentiáveis. Os economistas que auxiliam os pré-candidatos às eleições em 2022 com o presidente Jair Bolsonaro: Ciro Gomes, Sérgio Moro, Luiz Inácio Lula da Silva, além dos pré-candidatos do PSDB, João Doria e Eduardo Leite, que disputam hoje as prévias do partido.

Veja uma compilação do que está na mente desses “gurus” econômicos:

A aprovação da PEC dos precatórios é essencial para esse plano, e o seu “Posto Ipiranga”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não tem lhe dito não. Nem mesmo para a quebra do teto de gastos, regra que atrela as despesas à inflação. Pelo contrário: Guedes já declarou que agora que “vem a eleição, vai para o ataque”. Apoiou a decisão do presidente de subir o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família) de R\$ 300 para R\$ 400. Mesmo assim, Guedes continua alvo da fritura. Para o seu lugar está o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, que vai viajar com ele durante a campanha.

Ex-secretário de Fazenda do Ceará, o deputado Mauro Benevides segue como um dos principais conselheiros de Ciro. Os dois estiveram juntos em 2018, quando um dos motes da campanha foi “Ciro vai tirar seu nome do SPC”. Segundo Benevides, o foco continua o mesmo: crescimento com a ampliação da capacidade de consumo das famílias e dos investimentos públicos. Sem essas medidas, diz, o Brasil continuará estagnado. “O investimento público está no chão. Eram R\$ 100 bilhões em 2010 e estão agora em R\$ 20 bilhões”, afirma o pedetista, que defende a retirada

dos investimentos do teto de gastos. Benevides diz que a estratégia para 2022 não mudou porque nada do que foi proposto avançou, incluindo o corte de 15% das deduções tributárias e a volta da cobrança do Imposto de Renda dos dividendos. Com essas medidas, diz ele, é possível conseguir “fácil” R\$ 96 bilhões por ano para melhorar as contas públicas.

Líder nas pesquisas, Lula não tem conselheiro econômico, apesar de economistas ligados ao PT – como Guilherme Mello, da Unicamp, e o ex-ministro da Fazenda, Nelson Barbosa – estarem apresentando propostas. “Ele é o porta-voz dele mesmo”, diz a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR). Segundo ela, Lula tem o que mostrar, com uma “gestão orçamentária responsável” nos oito anos em que foi presidente (2003-2010). Em viagem internacional, Lula se encontrou com líderes políticos, como o presidente da França, Emmanuel Macron. Reforçou pontos da sua gestão em contraste com o governo Bolsonaro, o que deve ser a tônica da sua campanha: controle da inflação, elevação do salário-mínimo e a criação do Bolsa Família, agora substituído pelo Auxílio Brasil.

Ex-presidente do BC, Affonso Celso Pastore surpreendeu quando aceitou se juntar a Sérgio Moro para desenhar o programa econômico. Outros economistas ajudam a elaborar o programa – nomes que ainda são mantidos em sigilo. Na visão de Pastore, um ponto importante da agenda é dar a correta dimensão sobre qual deve ser o tamanho do Estado na economia. “Privatizações são importantes, mas há aqui um conflito entre o Estado mínimo, liberal no qual se privatiza todas as empresas, e o Estado que é eficiente e privatiza aquilo que for privatizável para fazer ações como reduzir o nível de pobreza”, afirma.

Como secretário de Fazenda de São Paulo, Meirelles é hoje o economista mais próximo do governador João Doria, que disputa hoje com o governador do Rio

Grande do Sul, Eduardo Leite, as prévias da candidatura tucana. Para Meirelles, o que deve marcar o debate eleitoral em 2022 é o cenário econômico muito difícil, com inflação elevada, juro alto, crescimento baixo e falta de emprego. Ele diz que Doria tem o que mostrar: crescimento maior do que o restante do País, responsabilidade fiscal, reformas econômicas que abriam espaço de R\$ 50 bilhões para investimentos e concessões.

Ex-secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Aod Cunha é o homem forte da economia na campanha de Leite. O programa do governador gaúcho terá uma grande preocupação com o tema da desigualdade social e foco de erradicação da pobreza infantil, um contingente de 17 milhões de crianças até 14 anos. “Achamos que o nível de desigualdade, não só de renda, mas de uma maneira geral é muito disfuncional, inclusive para o crescimento”, diz Cunha.

Núcleo de Inteligência – Sedet

Edição 294 - Em 25 de novembro de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.